

**Ata da Reunião Extraordinária Telepresencial do Órgão Especial
do Colégio de Procuradores de Justiça
de 24.04.2024.**

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e quatro, às 14 (quatorze) horas, foi realizada Reunião Telepresencial do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, sob a Presidência do Doutor Fernando José Martins, Procurador-Geral de Justiça em exercício, integrando a mesa o Doutor Motaui Ciocchetti de Souza, Corregedor-Geral do Ministério Público, e o Doutor José Correia de Arruda Neto, Secretário do Colegiado. Em seguida, reuniram-se os membros do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, devidamente convocados por Aviso publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, com pauta constante do ‘site’ oficial da Instituição, e cópias remetidas a todos do Colegiado através de correspondência eletrônica. Compareceram 36 (trinta e seis) Procuradores de Justiça componentes do Órgão da Administração Superior, cujos nomes constam do livro de presenças. Verificada a existência de número legal, o Doutor Fernando José Martins declarou abertos os trabalhos, sendo aprovada, por unanimidade, a ata da reunião anterior. A seguir, o Presidente deu início ao julgamento do **SEI nº 29.0001.0028524.2024-22**. Apresentou-se o digno Relator, Doutor Carlos Fernandes Sandrin. Após consulta ao plenário, foi dispensada a leitura do Relatório, já que anteriormente encaminhado a todos por via eletrônica. Na sequência, o eminente Relator, Doutor Carlos Fernandes Sandrin, cumprimentou a todos e fez a **leitura do seu voto**, expondo detalhadamente os motivos pelos quais não acolhia o requerimento para propositura de ação civil pública de cassação de aposentadoria. Em compêndio indicou ocorrência de prescrição. Na fase dos debates da matéria, manifestaram-se os Doutores: Valderéz Deusdedit Abbud que abriu divergência do voto do

Relator apontando existência de decisão judicial impeditiva da incidência da causa extintiva de punibilidade; Paulo Afonso Garrido de Paula que não concordava com o pedido de cassação de aposentadoria alinhando vários aspectos sobre o tema e adiantando que seguia o voto do Relator; Roberto Barbosa Alves que trouxe informação da Subprocuradoria-Geral de Justiça Jurídica acerca da existência de protocolado arquivado referente ao interessado; Carla Maria Altavista Mapelli que explanou igualmente no que tange a diversos aspectos do caso em pauta e antecipou o seu voto acompanhando o relator. Este, Doutor Carlos Fernandes Sandrin se manifestou novamente, mantendo, na inteireza, seu voto, esclarecendo, sob sua ótica, vários pontos levantados nas intervenções acima aludidas. Em seguida, foram colhidos os votos dos integrantes do Órgão Especial, os quais, por maioria NEGARAM o pedido de autorização para a ação civil pública mencionada, sendo 31 (trinta e um) votos com o Relator e 05 (cinco) que optaram pela divergência. Se alinharam ao eminente Relator Doutor Carlos Fernandes Sandrin, os Doutores: Pedro Franco de Campos, José Correia de Arruda Neto, Carlos Augusto Salles Sgarbi, Jurandir Norberto Marçura, Walter Paulo Sabella, Ana Maria Napolitano de Godoy, João Alves de Souza Campos, Plínio Antonio Brito Gentil, Paulo Afonso Garrido de Paula, Perseu Gentil Negrão, Maria do Carmo Ponchon da Silva Purcini, Rosa Aschenbrenner Consales, Nelson Gonzaga de Oliveira, José Roberto Jauhar Julião, Eliana Silvia de Melo e Sousa Malta Moreira Scucuglia, Cícero José de Moraes, José Roberto Rochel de Oliveira, Eduardo Ferreira Valério, Roberto Barbosa Alves, Ruy Cid Martins Vianna, Ana Lúcia Menezes Vieira, Virgílio Antonio Ferraz do Amaral, Liliane Silva de Oliveira, Cláudia Moreira França, Aloisio Antonio de Camargo Barros Pupin, Luiz Sales do Nascimento, Carla Maria Altavista Mapelli, Pedro de Jesus Juliotti, Motaui Ciocchetti de Souza e Fernando José Martins. Votaram com a divergência aberta pela Doutora Valderez Deusdedit Abbud, os Doutores: Rodrigo César

Rebello Pinho, Luiz Antonio Guimarães Marrey, Mário Augusto Vicente Malaquias e Marcos Hideki Ihara. O Procurador-Geral de Justiça em exercício anunciou o resultado da votação, sendo que, por maioria de votos foi negado o pedido de abertura de ação civil pública para cassação de aposentadoria. Nada mais havendo a tratar para a presente reunião, o Doutor Fernando José Martins, Procurador-Geral de Justiça em exercício agradeceu à presença de todos e declarou encerrada a sessão. Comunicado pelo Secretário, Doutor José Correia de Arruda Neto, que a próxima reunião ordinária do Órgão Especial será no dia 08 (oito) de maio de 2024. Para constar, eu, José Correia de Arruda Neto, Secretário do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, lavrei esta ata que segue assinada por mim, pelo Procurador-Geral de Justiça em exercício, pelo Decano e pelos Presidentes das Comissões Permanentes.

FERNANDO JOSÉ MARTINS

Procurador-Geral de Justiça.

JOSÉ CORREIA DE ARRUDA NETO.

Secretário do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça.

PEDRO FRANCO DE CAMPOS.

Decano e Presidente da Comissão de Orçamento.

JURANDIR NORBERTO MARÇURA.

Presidente da Comissão de Regimentos e Normas.

PLÍNIO ANTONIO BRITO GENTIL.

Presidente da Comissão de Assuntos Institucionais.

JOÃO ALVES DE SOUZA CAMPOS.

Presidente da Comissão de Assuntos Referentes às Promotorias de Justiça.

CARLOS FERNANDES SANDRIN.

Presidente da Comissão de Assuntos Administrativos.

CARLOS AUGUSTO SALLES SGARBI.

Presidente da Comissão de Defesa de Prerrogativas Institucionais.

VALDEREZ DEUSDEDIT ABBUD.

Presidente da Comissão do Colar do Mérito Institucional.

ANA MARIA NAPOLITANO DE GODOY.

Presidente da Comissão de Aposentados.